ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

NORMAIS DEMAIS PARA SER AUTISTAS, DIFERENTES DEMAIS PARA SER NORMAIS: NARRATIVAS SOBRE O AUTISMO E A EXCLUSÃO SOCIAL

TOO NORMAL TO BE AUTISTIC, TOO DIFFERENT TO BE NORMAL: NARRATIVES ON AUTISM AND SOCIAL EXCLUSION

MARIA APARECIDA DA SILVA
Mestre em Intervenção Psicológica do Desenvolvimento e da Educação
Universidad Europea del Atlántico. Santander/España
Graduada em Normal Superior
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-9196-664X

Resumo

O presente estudo teve como objeto de pesquisa as narrativas sociais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), focalizando a experiência de pessoas autistas com nível 1 de suporte diante do paradoxo entre invisibilidade e estigmatização. Buscou responder à seguinte questão: de que maneira as concepções de normalidade, deficiência e neurodiversidade influenciam a forma como essas pessoas são percebidas e tratadas nos diferentes contextos sociais e educacionais? O objetivo consistiu em compreender como tais narrativas produzem experiências de exclusão e não pertencimento, mesmo quando a autonomia aparente leva à desconsideração de suas necessidades. A pesquisa adotou revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, natureza descritiva e objetivo exploratório. Os resultados evidenciaram que a exclusão decorre menos do autismo e mais das expectativas sociais sobre comportamentos considerados normais, reforçando a necessidade de práticas e políticas fundamentadas na neurodiversidade, na acessibilidade e no reconhecimento da singularidade humana.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Neurodiversidade. Exclusão social. Inclusão.

Abstract

This study examined social narratives surrounding Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on the experiences of autistic individuals requiring Level 1 support who face the paradox of invisibility and stigmatization. It sought to answer the following research question: how do conceptions of normality, disability, and neurodiversity influence the ways these individuals are perceived and treated across social and educational contexts? The objective was to understand how such narratives shape experiences of exclusion and non-belonging, even when apparent autonomy leads to the neglect of their support needs. The study employed an integrative literature review with a qualitative approach, descriptive nature, and exploratory purpose. The findings indicate that social exclusion stems less from autism itself than from societal expectations regarding what is considered "normal"

ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

behavior, highlighting the need for practices and public policies grounded in neurodiversity, accessibility, and the recognition of human uniqueness.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Neurodiversity. Social Exclusion. Inclusion.

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem ocupado espaço crescente nas pesquisas em saúde, educação e ciências sociais, ampliando o debate sobre as diferentes formas de compreender a diversidade humana.

Apesar dos avanços científicos relacionados ao diagnóstico e ao conhecimento sobre o funcionamento neurobiológico do autismo, persistem desafios que ultrapassam a dimensão clínica e se manifestam na forma como pessoas autistas são percebidas, interpretadas e tratadas em diferentes contextos sociais.

Essa realidade evidencia que a inclusão não depende apenas do acesso a direitos, mas também da transformação das concepções culturais que orientam as relações humanas (American Psychiatric Association, 2022; World Health Organization, 2026).

Entre as diferentes experiências presentes no espectro, pessoas autistas com nível 1 de suporte vivenciam uma condição marcada por um aparente paradoxo. Em muitos momentos, são consideradas suficientemente "normais" para estudar, trabalhar, estabelecer vínculos afetivos e participar da vida cotidiana sem que suas necessidades específicas sejam reconhecidas.

Entretanto, quando manifestam características próprias do autismo, como formas particulares de comunicação, necessidade de previsibilidade, interesses intensos, dificuldades na interpretação de determinadas convenções sociais ou momentos de isolamento, passam a ser percebidas como "estranhas", "esquisitas" ou "inadequadas". Entre a invisibilização de suas necessidades e a estigmatização de suas diferenças, constroem-se experiências recorrentes de exclusão e não pertencimento que ainda recebem atenção limitada na produção científica.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

Durante muito tempo, o autismo foi compreendido predominantemente a partir de uma perspectiva biomédica, centrada na identificação de déficits e limitações individuais. Embora essa abordagem tenha contribuído para o aperfeiçoamento dos critérios diagnósticos e para o desenvolvimento de estratégias terapêuticas, ela não explica, isoladamente, as dificuldades encontradas pelas pessoas autistas em sua participação social.

Em contraposição, os estudos sobre neurodiversidade passaram a compreender as diferenças neurológicas como expressões legítimas da diversidade humana, reconhecendo diferentes formas de aprender, comunicar-se, perceber o mundo e estabelecer relações sociais (Singer, 2017; Armstrong, 2025).

Essa mudança de perspectiva desloca o foco da condição individual para a interação entre o sujeito e o ambiente em que vive. Muitas das dificuldades enfrentadas por pessoas autistas decorrem menos de suas características e mais da permanência de ambientes pouco acessíveis, expectativas rígidas de comportamento e interpretações sociais que tomam como universais determinadas formas de comunicação e interação. Sob essa ótica, a exclusão passa a ser compreendida como resultado da relação entre diferenças individuais e barreiras sociais, culturais e institucionais (Oliver, 1995; Diniz, 2007).

Nesse contexto, o estigma ocupa posição central. Conforme discutido por Goffman (1981), processos de estigmatização surgem quando determinadas características são interpretadas como desvios em relação aos padrões socialmente considerados desejáveis, produzindo desvalorização, discriminação e restrições ao pertencimento social. No caso de pessoas autistas com nível 1 de suporte, esse processo assume contornos particulares. A autonomia aparente frequentemente leva familiares, professores, colegas de trabalho e demais membros da sociedade a desconsiderarem suas necessidades. Quando essas necessidades se tornam visíveis, entretanto, deixam de ser interpretadas como manifestações do espectro e passam a ser vistas como falta de educação, desinteresse, rigidez, frieza ou inadequação social.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Milton (2012; 2017), que questiona a ideia de que as dificuldades de comunicação estejam exclusivamente na pessoa autista. A partir da teoria da dupla empatia, o autor demonstra que os desencontros comunicacionais

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

decorrem de diferenças recíprocas na forma como pessoas autistas e não autistas percebem, interpretam e atribuem significado às interações sociais. Dessa forma, a exclusão não resulta apenas das características do indivíduo, mas também da incapacidade da sociedade de reconhecer diferentes modos de funcionamento humano.

Outro fenômeno que contribui para compreender esse paradoxo é a camuflagem social. Muitas pessoas autistas procuram ocultar características do espectro para atender às expectativas impostas pelos ambientes escolares, profissionais e familiares. Embora essa adaptação possa facilitar determinadas interações, pesquisas demonstram que ela costuma ocorrer à custa de elevado desgaste emocional, aumento da ansiedade, sensação de perda da própria identidade e comprometimento do bem-estar psicológico (Cage; Troxell-Whitman, 2019). Paradoxalmente, quanto mais eficiente é essa camuflagem, menor tende a ser o reconhecimento das necessidades de apoio, reforçando a invisibilização das dificuldades vivenciadas.

Essas discussões dialogam diretamente com os princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao reconhecer que a deficiência não decorre exclusivamente das características individuais, mas da interação entre o sujeito e as barreiras existentes na sociedade. Nessa perspectiva, promover inclusão significa construir condições para que diferentes formas de funcionamento humano possam participar plenamente da vida social, educacional e profissional em igualdade de oportunidades (United Nations, 2006).

No campo educacional, esse debate assume importância particular. A escola constitui um dos primeiros espaços de convivência social e exerce papel decisivo na construção das percepções sobre diferença, pertencimento e participação coletiva. Entretanto, práticas pedagógicas pouco flexíveis e a insuficiente formação docente sobre neurodiversidade ainda favorecem interpretações que associam comportamentos autistas à indisciplina, à desmotivação ou à falta de interesse, reforçando processos de exclusão mesmo em contextos que se apresentam como inclusivos (Frederico et al., 2026a; Frederico et al., 2025).

Ao mesmo tempo, evidências recentes demonstram que práticas pedagógicas fundamentadas em conhecimentos científicos, planejamento colaborativo e valorização das potencialidades

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

dos estudantes favorecem ambientes mais acessíveis e participativos. Esses estudos reforçam que a inclusão depende menos da adaptação da pessoa autista aos padrões estabelecidos e mais da capacidade das instituições de reconhecer diferentes formas de aprender, comunicar-se e participar da vida escolar (Aimi; Neubauer, 2025; Filho et al., 2026).

Embora as pesquisas sobre autismo tenham avançado significativamente, observa-se que grande parte da produção científica permanece concentrada nos aspectos diagnósticos, clínicos e educacionais. Ainda são relativamente escassos os estudos que analisam, de forma integrada, como as narrativas sociais sobre normalidade produzem simultaneamente a invisibilização das necessidades e a estigmatização das diferenças vivenciadas por pessoas autistas com nível 1 de suporte.

Compreender esse paradoxo amplia o debate sobre inclusão ao evidenciar que muitos processos de exclusão não decorrem do autismo em si, mas das expectativas sociais sobre como uma pessoa deve pensar, comunicar-se, sentir e interagir.

Diante desse cenário, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de integrar contribuições provenientes dos estudos sobre deficiência, neurodiversidade, direitos humanos, estigma e educação inclusiva, buscando compreender como essas diferentes perspectivas explicam as experiências de exclusão vividas por pessoas autistas.

Ao reunir esses referenciais, pretende-se ampliar a compreensão sobre a relação entre narrativas sociais, reconhecimento da diversidade humana e construção de práticas efetivamente inclusivas.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão investigativa: de que maneira as concepções de normalidade, deficiência e neurodiversidade influenciam a forma como essas pessoas são percebidas e tratadas nos diferentes contextos sociais e educacionais?

Com base nessa questão, o objetivo deste estudo consiste em compreender, a partir da literatura científica, como as narrativas sociais sobre o autismo contribuem para a produção simultânea da invisibilização das necessidades e da estigmatização das diferenças, influenciando processos de exclusão social e a construção de práticas inclusivas

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

fundamentadas na neurodiversidade, nos direitos humanos e no reconhecimento da singularidade de cada pessoa.

2. Referencial Teórico

2.1 O autismo entre os modelos biomédico, social e da neurodiversidade

A compreensão do Transtorno do Espectro Autista passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças na forma como a sociedade interpreta as diferenças humanas. Os sistemas classificatórios internacionais descrevem o TEA como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por diferenças persistentes na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses referenciais oferecem critérios fundamentais para o diagnóstico clínico e para a organização dos cuidados em saúde, contribuindo para maior uniformidade na identificação do transtorno (American Psychiatric Association, 2022; World Health Organization, 2026).

Embora a perspectiva biomédica seja indispensável para o reconhecimento das necessidades de apoio, ela não esgota a compreensão do autismo. O diagnóstico representa apenas uma dimensão da experiência humana, sendo insuficiente para explicar as relações sociais, culturais e educacionais vivenciadas pelas pessoas autistas. Nesse sentido, autores vinculados ao modelo social da deficiência argumentam que muitas limitações decorrem da interação entre características individuais e ambientes pouco acessíveis, deslocando o foco da deficiência para as barreiras produzidas pela sociedade (Oliver, 1995; Diniz, 2007).

Essa mudança conceitual amplia o entendimento sobre inclusão ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas por pessoas autistas não podem ser atribuídas exclusivamente ao funcionamento neurológico. Barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais restringem oportunidades de participação e influenciam diretamente a construção da autonomia. Dessa forma, compreender o autismo exige analisar tanto os aspectos biológicos quanto as condições sociais que favorecem ou limitam o exercício de direitos.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

A emergência do conceito de neurodiversidade fortaleceu ainda mais essa perspectiva ao propor que diferentes formas de funcionamento cerebral fazem parte da diversidade humana. Em vez de compreender o autismo apenas como um conjunto de déficits, essa abordagem reconhece potencialidades, diferentes modos de aprendizagem e distintas formas de interação social. Singer (2017) destaca que a diversidade neurológica possui valor semelhante às demais formas de diversidade humana, enquanto Armstrong (2025) reforça que ambientes inclusivos permitem que essas potencialidades sejam reconhecidas e desenvolvidas.

Essa perspectiva também dialoga com as reflexões de Ortega e Vidal (2019), que discutem como os avanços das neurociências influenciam a construção das identidades e das formas de compreender o comportamento humano. Os autores alertam que a valorização do conhecimento biológico não deve reduzir o sujeito ao funcionamento cerebral, pois experiências sociais, culturais e históricas também participam da constituição da identidade. Assim, compreender o autismo exige integrar conhecimentos provenientes das ciências da saúde, da educação e das ciências humanas.

A articulação entre esses referenciais demonstra que o autismo não pode ser interpretado exclusivamente como uma condição clínica nem apenas como um fenômeno social. A literatura aponta para uma compreensão integrada, na qual diagnóstico, direitos, acessibilidade e reconhecimento da diversidade constituem dimensões complementares. Esse entendimento estabelece fundamentos importantes para analisar como narrativas sociais influenciam a construção das experiências vividas pelas pessoas autistas.

2.2 Narrativas sociais, estigma e construção da identidade da pessoa autista

As formas como a sociedade interpreta o autismo exercem influência direta sobre a construção das identidades, das relações interpessoais e das oportunidades de participação social. Muito além dos critérios diagnósticos, as narrativas produzidas sobre o que significa ser autista moldam expectativas, comportamentos e processos de inclusão ou exclusão.

ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

Dessa maneira, compreender o papel dessas narrativas torna-se essencial para analisar as experiências vividas pelas pessoas no espectro.

Os estudos de Goffman (1981) demonstram que o estigma corresponde a um processo social por meio do qual determinadas características passam a ser associadas à inferioridade ou à inadequação. Quando isso ocorre, a identidade do indivíduo tende a ser reduzida a um atributo específico, dificultando o reconhecimento de suas demais capacidades e potencialidades. No caso do autismo, essa dinâmica favorece interpretações baseadas em limitações, reforçando preconceitos que ultrapassam o próprio diagnóstico.

Garland-Thomson (1997) amplia essa discussão ao demonstrar que os conceitos de normalidade são construídos historicamente e refletem valores culturais predominantes em cada sociedade. Assim, a diferença não representa uma condição naturalmente inferior, mas uma categoria produzida por padrões sociais que definem quais comportamentos são considerados aceitáveis. Essa compreensão permite analisar o autismo como parte da diversidade humana, deslocando o foco da pessoa para os mecanismos sociais responsáveis pela exclusão.

As pesquisas de Milton (2012; 2017) reforçam essa perspectiva ao apresentar o chamado problema da dupla empatia. Segundo o autor, as dificuldades de comunicação entre pessoas autistas e não autistas não decorrem exclusivamente de déficits individuais, mas da existência de diferentes formas de interpretar experiências, emoções e interações sociais. Essa abordagem rompe com interpretações unilaterais e evidencia que a compreensão mútua depende do esforço de todos os envolvidos.

Outro fenômeno amplamente discutido na literatura refere-se à camuflagem social. Cage e Troxell-Whitman (2019) demonstram que muitos adultos autistas procuram ocultar características próprias do espectro para reduzir experiências de discriminação e facilitar a convivência social. Entretanto, essa adaptação constante costuma produzir desgaste emocional, ansiedade e sensação de perda da autenticidade, indicando que a pressão pela normalização pode gerar impactos significativos sobre a qualidade de vida.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

Essas reflexões dialogam com os achados de Chaves *et al.* (2024), que evidenciam a necessidade de superar interpretações centradas exclusivamente em limitações individuais. Os autores defendem abordagens biopsicossociais capazes de reconhecer simultaneamente os aspectos biológicos, psicológicos e sociais envolvidos na experiência autista. Sob essa perspectiva, promover inclusão significa transformar as narrativas que sustentam o preconceito e fortalecer ambientes que valorizem a singularidade de cada indivíduo.

2.3 Educação inclusiva, direitos humanos e práticas pedagógicas fundamentadas em evidências

O fortalecimento da educação inclusiva representa um dos principais avanços na garantia dos direitos das pessoas autistas. A consolidação desse paradigma deslocou o foco da adaptação exclusiva do estudante para a responsabilidade das instituições em construir ambientes acessíveis e capazes de responder às diferentes formas de aprendizagem. Essa mudança encontra respaldo na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece a participação plena como um direito humano fundamental e estabelece que sistemas educacionais devem assegurar igualdade de oportunidades para todas as pessoas (United Nations, 2006).

A efetivação desse direito depende da reorganização das práticas pedagógicas e da construção de ambientes escolares capazes de acolher a diversidade presente nas salas de aula. Nesse contexto, pesquisas recentes destacam que estratégias inclusivas baseadas em evidências favorecem maior participação dos estudantes, fortalecem o desenvolvimento acadêmico e ampliam as possibilidades de interação social. Esses resultados demonstram que a inclusão está diretamente relacionada ao planejamento pedagógico e à adoção de metodologias compatíveis com as necessidades individuais (Filho *et al.*, 2026).

A literatura também evidencia que a qualidade das práticas inclusivas está associada à formação dos profissionais da educação. Frederico *et al.* (2026a) ressaltam que professores preparados para compreender as diferentes manifestações do autismo

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

apresentam maior segurança na elaboração de estratégias pedagógicas, na organização do ambiente escolar e na mediação das relações entre estudantes. A formação continuada constitui, portanto, um elemento essencial para transformar conhecimentos científicos em práticas educacionais efetivas.

Além da preparação técnica, a inclusão exige o desenvolvimento de práticas fundamentadas na escuta, no respeito às diferenças e na construção de relações pedagógicas humanizadas. Frederico *et al.* (2025) demonstram que ambientes acolhedores favorecem não apenas a aprendizagem, mas também o fortalecimento da autoestima, da participação e do sentimento de pertencimento dos estudantes autistas. Essas evidências reforçam que o acolhimento constitui componente pedagógico e não apenas atitude de caráter assistencial.

Na mesma direção, Frederico *et al.* (2026b) destacam que a construção da singularidade deve orientar as decisões pedagógicas, evitando propostas baseadas em padronizações que desconsiderem as características individuais dos estudantes. A inclusão passa a ser compreendida como prática ética comprometida com o reconhecimento das diferenças e com a valorização das potencialidades presentes em cada trajetória de desenvolvimento.

As evidências produzidas pelas revisões de literatura convergem ao demonstrar que ambientes inclusivos não se constroem apenas pela existência de normas legais. A efetividade da inclusão depende da integração entre políticas públicas, formação docente, planejamento pedagógico, recursos adequados e atitudes favoráveis à diversidade. Esses elementos constituem condições fundamentais para que estudantes autistas participem plenamente dos processos educativos.

2.4 Entre a invisibilidade e o estigma: o paradoxo das narrativas sociais sobre o autismo

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

A integração entre os modelos biomédico, social da deficiência e a perspectiva da neurodiversidade permite compreender que a experiência de ser autista ultrapassa os limites do diagnóstico clínico. Embora os sistemas classificatórios sejam fundamentais para identificar necessidades de apoio e orientar intervenções, eles não explicam, por si só, os processos de exclusão vivenciados nos diferentes contextos sociais. As evidências analisadas ao longo deste referencial indicam que a forma como o autismo é interpretado pela sociedade exerce influência decisiva sobre as oportunidades de participação, pertencimento e reconhecimento das pessoas autistas (American Psychiatric Association, 2022; World Health Organization, 2026).

Nesse contexto, pessoas autistas com nível 1 de suporte vivenciam uma condição particularmente complexa. Em razão da autonomia frequentemente demonstrada em atividades cotidianas, muitas vezes são percebidas como suficientemente "normais" para que suas necessidades deixem de ser reconhecidas. Entretanto, quando manifestam características próprias do espectro, como formas singulares de comunicação, necessidade de previsibilidade, interesses específicos ou dificuldades diante de determinadas convenções sociais, passam a ser interpretadas como inadequadas, estranhas ou pouco adaptáveis. Essa oscilação entre invisibilidade e estigmatização evidencia que a exclusão não decorre exclusivamente do autismo, mas das expectativas sociais construídas em torno daquilo que se considera um comportamento normal.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições do modelo social da deficiência, segundo o qual grande parte das limitações experimentadas pelas pessoas com deficiência resulta da interação entre suas características e as barreiras presentes na sociedade (Oliver, 1995; Diniz, 2007). Sob essa perspectiva, a dificuldade não está apenas na condição individual, mas também na incapacidade dos diferentes ambientes de reconhecer e acolher formas diversas de funcionamento humano. Quando a sociedade estabelece padrões rígidos de comportamento, comunicação e interação, pessoas que não se ajustam plenamente a essas expectativas tornam-se mais vulneráveis aos processos de exclusão.

Os estudos de Goffman (1981) reforçam esse entendimento ao demonstrar que o estigma é produzido socialmente e modifica a maneira como determinados indivíduos passam a ser

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

percebidos. No caso das pessoas autistas com nível 1 de suporte, esse processo apresenta uma característica particular: enquanto determinadas habilidades favorecem a percepção de autonomia, as manifestações mais evidentes do espectro frequentemente passam a definir toda a identidade do indivíduo. A singularidade da pessoa cede espaço a interpretações centradas em comportamentos considerados inadequados, reduzindo oportunidades de participação e pertencimento.

Essa dinâmica também dialoga com a teoria da dupla empatia proposta por Milton (2012; 2017). Ao demonstrar que as dificuldades de comunicação surgem das diferenças recíprocas entre pessoas autistas e não autistas, o autor desloca a responsabilidade da adaptação exclusivamente para o indivíduo autista. A exclusão passa a ser compreendida como resultado de desencontros relacionais produzidos por diferentes formas de interpretar experiências, emoções e interações sociais. Dessa maneira, ambientes mais acessíveis e relações fundamentadas na compreensão mútua tornam-se elementos essenciais para reduzir barreiras atitudinais.

Como resposta às pressões sociais pela conformidade, muitas pessoas autistas recorrem à camuflagem social, procurando ocultar características do espectro para facilitar sua aceitação em ambientes escolares, profissionais e comunitários. Entretanto, conforme demonstram Cage e Troxell-Whitman (2019), essa adaptação frequentemente ocorre à custa de elevado desgaste emocional, ansiedade e perda da autenticidade. Paradoxalmente, quanto maior a capacidade de mascarar características autísticas, menor tende a ser o reconhecimento das necessidades de apoio, reforçando a invisibilidade que marca a experiência de muitos indivíduos.

Em conjunto, as evidências discutidas neste referencial indicam que o principal desafio enfrentado por pessoas autistas com nível 1 de suporte não reside apenas em suas características neurobiológicas, mas nas narrativas sociais que definem quem é considerado suficientemente normal para não precisar de apoio e, ao mesmo tempo, suficientemente diferente para não ser plenamente aceito. Compreender esse paradoxo amplia o debate sobre inclusão ao evidenciar que o reconhecimento da neurodiversidade depende da superação de

ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

modelos baseados na normalização e do fortalecimento de práticas sociais, educacionais e institucionais comprometidas com a valorização da singularidade humana.

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, natureza descritiva e objetivo exploratório, desenvolvida com a finalidade de reunir, organizar e interpretar as evidências científicas disponíveis sobre as narrativas sociais relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase na forma como concepções de normalidade, deficiência e neurodiversidade influenciam os processos de exclusão, pertencimento e reconhecimento social, especialmente entre pessoas autistas com nível 1 de suporte. A escolha desse método possibilitou integrar conhecimentos produzidos em diferentes áreas, favorecendo uma compreensão abrangente do fenômeno investigado (Dias, 2026).

A busca bibliográfica foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, PubMed, ERIC e Google Scholar, selecionadas por sua relevância e ampla cobertura de publicações nacionais e internacionais nas áreas da saúde, educação, psicologia e ciências sociais. Também foram consultados documentos oficiais de organismos internacionais relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, à neurodiversidade e aos critérios diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista.

As estratégias de busca utilizaram descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos, contemplando expressões como "Transtorno do Espectro Autista", "Autismo", "Neurodiversidade", "Narrativas Sociais", "Estigma", "Exclusão Social", "Educação Inclusiva", "Autism Spectrum Disorder", "Neurodiversity", "Social Narratives", "Stigma", "Social Exclusion" e "Inclusive Education". As combinações foram adaptadas às especificidades de cada base de dados para ampliar a recuperação de estudos alinhados ao objetivo da pesquisa.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

Foram incluídos artigos científicos, livros, capítulos de livros e documentos institucionais publicados em português ou inglês que abordassem diretamente as narrativas sociais sobre o autismo, a neurodiversidade, os processos de estigmatização, os direitos das pessoas autistas e os contextos de inclusão social e educacional, desde que estivessem disponíveis na íntegra. Foram excluídos estudos duplicados, publicações sem relação com o problema de pesquisa, materiais com informações insuficientes para análise e trabalhos cuja temática não apresentasse aderência aos objetivos estabelecidos.

O processo de seleção seguiu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, conforme o fluxo recomendado pelo PRISMA. Inicialmente, os estudos foram identificados nas bases consultadas e submetidos à remoção de registros duplicados. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e resumos, seguida da avaliação dos textos completos para verificar sua pertinência em relação aos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Os estudos selecionados foram organizados em planilha para sistematização das informações e posterior análise interpretativa.

A análise dos dados concentrou-se na identificação e integração das principais categorias temáticas presentes na literatura, permitindo compreender como diferentes referenciais teóricos explicam a relação entre autismo, narrativas sociais, normalidade, estigma, neurodiversidade, direitos humanos e educação inclusiva. Esse procedimento possibilitou construir uma síntese interpretativa das evidências disponíveis, evidenciando como as expectativas sociais acerca do comportamento considerado normal influenciam os processos de invisibilização das necessidades, estigmatização das diferenças e exclusão social vivenciados por pessoas autistas, assegurando transparência, reprodutibilidade e rigor metodológico ao desenvolvimento da pesquisa.

4. Resultados e Discussão

A análise da literatura permitiu identificar que o principal desafio enfrentado por pessoas autistas não se restringe às características descritas pelos sistemas diagnósticos, mas está

ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

diretamente relacionado às narrativas sociais construídas sobre normalidade, diferença e pertencimento.

Embora os estudos revisados reconheçam a importância do diagnóstico para a identificação das necessidades de apoio, as evidências convergem ao demonstrar que a inclusão ou a exclusão resulta, em grande medida, da forma como a sociedade interpreta as manifestações do autismo.

Entre os achados mais consistentes destaca-se o paradoxo vivenciado por muitas pessoas autistas com nível 1 de suporte, frequentemente percebidas como suficientemente "normais" para que suas necessidades sejam desconsideradas e, ao mesmo tempo, suficientemente "diferentes" para que enfrentem processos de estigmatização quando características do espectro tornam-se evidentes.

Tabela 1 – Principais evidências identificadas na literatura sobre autismo e exclusão social

Eixo temático	Evidências identificadas na literatura	Principais referências
Compreensão do autismo	O autismo é compreendido como condição que envolve dimensões biológicas, sociais, culturais e educacionais, superando interpretações exclusivamente biomédicas.	American Psychiatric Association (2022); World Health Organization (2026); Singer (2017); Armstrong (2025)
Invisibilidade e estigma	Pessoas autistas com nível 1 de suporte vivenciam o paradoxo entre a invisibilização de suas necessidades e a estigmatização quando manifestam características próprias do espectro.	Goffman (1981); Milton (2012; 2017); Cage e Troxell-Whitman (2019)
Neurodiversidade	Diferenças neurológicas são compreendidas como parte da diversidade humana, favorecendo	Singer (2017); Armstrong (2025); Ortega e Vidal

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

	abordagens centradas no reconhecimento das potencialidades.	(2019)
Educação inclusiva	A inclusão depende da reorganização das práticas pedagógicas, da formação docente e da construção de ambientes acessíveis e acolhedores.	Aimi e Neubauer (2025); Filho et al. (2026); Frederico et al. (2025; 2026a; 2026b)
Direitos humanos e modelo social	A participação social exige redução das barreiras sociais, fortalecimento das políticas inclusivas e reconhecimento da singularidade humana.	United Nations (2006); Oliver (1995); Diniz (2007)

Fonte: Elaborada pela autora, com base na literatura consultada.

Os resultados apresentados na Tabela 1 evidenciam que a literatura científica vem consolidando uma compreensão mais abrangente do autismo, integrando contribuições das ciências da saúde, da educação e das ciências humanas.

Essa convergência demonstra que os sistemas classificatórios continuam essenciais para orientar o diagnóstico e o planejamento dos apoios, mas são insuficientes para explicar, isoladamente, as experiências de inclusão e exclusão vivenciadas pelas pessoas autistas. As pesquisas analisadas indicam que tais experiências são produzidas pela interação entre características individuais e os contextos sociais em que essas pessoas vivem.

Entre os achados mais relevantes destaca-se a recorrência de estudos que descrevem um paradoxo presente na experiência de pessoas autistas com nível 1 de suporte. A literatura demonstra que a autonomia frequentemente observada em atividades cotidianas pode levar familiares, professores, colegas de trabalho e demais membros da sociedade a pressuporem que essas pessoas não necessitam de adaptações ou formas específicas de apoio.

Entretanto, quando manifestam comportamentos relacionados ao espectro, como dificuldades na comunicação social, necessidade de previsibilidade, interesses intensos ou maneiras particulares de interpretar interações, passam a ser percebidas como inadequadas

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

aos padrões socialmente esperados. Esse movimento simultâneo de invisibilização das necessidades e de estigmatização das diferenças constitui um dos principais elementos identificados na produção científica analisada.

Essa interpretação aproxima-se das contribuições de Goffman (1981), ao evidenciar que o estigma não decorre apenas das características do indivíduo, mas da maneira como a sociedade atribui significado às diferenças. No caso das pessoas autistas com nível 1 de suporte, a identidade tende a oscilar entre dois extremos igualmente excludentes.

Em determinadas situações, o diagnóstico perde visibilidade diante da autonomia aparente, reduzindo o reconhecimento das necessidades de apoio. Em outras, manifestações próprias do espectro passam a definir toda a identidade da pessoa, obscurecendo suas capacidades, competências e potencialidades. Os resultados indicam que essa dinâmica compromete o sentimento de pertencimento e amplia experiências de exclusão nos diferentes espaços sociais.

Os estudos de Milton (2012; 2017) oferecem importante contribuição para compreender esse fenômeno ao demonstrar que as dificuldades de comunicação entre pessoas autistas e não autistas resultam de diferenças recíprocas na forma de interpretar experiências, intenções e emoções. Sob essa perspectiva, os resultados afastam interpretações que responsabilizam exclusivamente a pessoa autista pelas dificuldades de interação e reforçam que a inclusão depende do desenvolvimento de relações baseadas na compreensão mútua. A literatura revisada indica que ambientes mais acessíveis e socialmente responsivos reduzem barreiras atitudinais e favorecem processos mais efetivos de participação.

Outro resultado recorrente refere-se à camuflagem social como estratégia utilizada para responder às expectativas de normalização impostas pela sociedade. As pesquisas demonstram que muitos indivíduos procuram ocultar características do espectro para reduzir situações de preconceito e facilitar sua inserção em ambientes escolares, profissionais e comunitários.

Entretanto, conforme discutido por Cage e Troxell-Whitman (2019), essa adaptação frequentemente produz desgaste emocional, ansiedade e perda da autenticidade. Os estudos

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

convergem ao indicar que, quanto maior a capacidade de mascarar características autísticas, menor tende a ser o reconhecimento das necessidades de apoio, reforçando justamente o paradoxo identificado nesta revisão.

A análise também revelou ampla convergência em torno da perspectiva da neurodiversidade. Em vez de compreender o autismo exclusivamente como um conjunto de déficits, os estudos analisados reconhecem diferentes formas de funcionamento neurológico como expressões legítimas da diversidade humana.

Essa compreensão amplia a interpretação do diagnóstico ao valorizar potencialidades, diferentes formas de aprendizagem e modos diversos de interação social, fortalecendo abordagens comprometidas com o reconhecimento da singularidade de cada indivíduo.

No campo educacional, as evidências demonstram que práticas inclusivas efetivas dependem da reorganização das instituições de ensino e não apenas da presença do estudante autista na escola. Formação docente permanente, planejamento pedagógico flexível, acessibilidade, escuta qualificada e valorização das potencialidades individuais aparecem de forma recorrente como elementos associados ao fortalecimento da participação e da aprendizagem.

Os estudos revisados indicam que ambientes escolares capazes de reconhecer diferentes formas de comunicação e interação reduzem processos de exclusão e favorecem relações mais respeitosas entre todos os estudantes.

Os resultados também evidenciam que os avanços promovidos pelas políticas públicas e pelos instrumentos internacionais de direitos humanos representam condições indispensáveis para a construção de sociedades mais inclusivas. Entretanto, a literatura demonstra que dispositivos legais, isoladamente, não modificam práticas sociais historicamente fundamentadas em concepções restritas de normalidade. A efetivação desses direitos depende da articulação entre políticas públicas, formação profissional, acessibilidade, participação social e transformação das narrativas que orientam as relações entre pessoas autistas e não autistas.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

Em conjunto, os estudos analisados permitem concluir que a exclusão social das pessoas autistas não pode ser compreendida apenas a partir das características do espectro. As evidências reunidas demonstram que grande parte das dificuldades vivenciadas resulta das narrativas sociais que estabelecem padrões rígidos sobre como uma pessoa deve comunicar-se, comportar-se, aprender e participar da vida coletiva.

Sob essa perspectiva, muitas pessoas autistas com nível 1 de suporte tornam-se "normais demais" para que suas necessidades sejam reconhecidas e "diferentes demais" para que sejam plenamente aceitas. Os resultados desta revisão indicam, portanto, que promover inclusão exige não apenas ampliar serviços e políticas públicas, mas transformar as concepções sociais de normalidade, fortalecendo práticas fundamentadas na neurodiversidade, na acessibilidade e no reconhecimento da diversidade humana.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo compreender de que maneira as narrativas sociais sobre normalidade, deficiência e neurodiversidade influenciam a forma como pessoas autistas são percebidas e tratadas nos diferentes contextos sociais e educacionais. A análise da literatura permitiu responder à questão investigativa ao evidenciar que os processos de inclusão e exclusão não decorrem exclusivamente das características do Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas também das interpretações sociais construídas em torno do que se considera um comportamento normal, adequado ou socialmente esperado.

As evidências analisadas demonstraram que pessoas autistas, especialmente aquelas com nível 1 de suporte, vivenciam frequentemente um paradoxo marcado pela invisibilização de suas necessidades e pela estigmatização de suas diferenças.

Em muitos contextos, a autonomia aparente leva ao não reconhecimento dos apoios necessários para sua participação plena. Entretanto, quando características próprias do espectro tornam-se mais evidentes, essas mesmas pessoas passam a enfrentar processos de incompreensão, preconceito e exclusão. Os estudos revisados indicam que essa condição

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

resulta menos do autismo em si do que das narrativas sociais que estabelecem padrões rígidos sobre comunicação, comportamento e interação.

A revisão também evidenciou que a articulação entre o modelo biomédico, o modelo social da deficiência e a perspectiva da neurodiversidade amplia significativamente a compreensão da experiência autista. Enquanto os referenciais diagnósticos permanecem essenciais para identificar necessidades de apoio, abordagens fundamentadas nos direitos humanos e na valorização da diversidade demonstram que a participação social depende igualmente da redução das barreiras atitudinais, comunicacionais, educacionais e institucionais.

Sob essa perspectiva, promover inclusão significa reconhecer diferentes formas de funcionamento humano como expressões legítimas da diversidade e não como desvios em relação a um padrão único de normalidade.

No campo educacional, os estudos convergem ao demonstrar que ambientes inclusivos exigem mais do que o acesso formal à escola. A efetivação da inclusão depende da formação docente permanente, do planejamento pedagógico flexível, da acessibilidade, da construção de relações baseadas na escuta e no respeito às diferenças e do reconhecimento das potencialidades de cada estudante. Esses elementos fortalecem o sentimento de pertencimento e reduzem práticas que, muitas vezes de forma involuntária, reforçam a invisibilização ou a estigmatização das pessoas autistas.

Os resultados desta revisão também reforçam que políticas públicas e dispositivos legais representam avanços importantes, mas sua efetividade depende da transformação das práticas sociais que orientam as relações cotidianas. Reduzir a exclusão implica promover mudanças que ultrapassem adaptações individuais, envolvendo a construção de ambientes acessíveis, relações mais responsivas e narrativas comprometidas com o reconhecimento da singularidade humana.

Por fim, este estudo contribui para ampliar a compreensão do autismo ao integrar evidências provenientes da saúde, da educação e das ciências humanas em torno de um fenômeno ainda pouco explorado na literatura: o paradoxo vivido por pessoas autistas com nível 1 de

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

suporte, frequentemente percebidas como "normais demais" para que suas necessidades sejam reconhecidas e "diferentes demais" para que sejam plenamente aceitas.

Espera-se que as reflexões apresentadas subsidiem novas pesquisas e fortaleçam políticas públicas, práticas educacionais e ações sociais capazes de transformar narrativas excludentes em processos efetivos de reconhecimento, pertencimento e participação social.

REFERÊNCIAS

AIMI, Daniela Ivana; NEUBAUER, Vanessa Steigleder. **Autismo e educação: práticas pedagógicas eficientes**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 12, 2025. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v1i12.136. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/136. Acesso em: 23 jun. 2026.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition, Text Revision (DSM-5-TR(r))**. 2022.

ARMSTRONG, Thomas. **The Power of Neurodiversity: Unleashing the Advantages of Your Neurodivergent Brain**. 2. ed. New York: Balance, 2025.

BACELAR, Albert. **Marcas de inteligência artificial na escrita: vícios textuais, técnicas de autoria situada e protocolo de prompt para reconhecimento e revisão.** Educação & Inovação, *[S. l.]*, v. 2, n. 12, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i12.467. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/467. Acesso em: 23 jun. 2026.

CAGE, Eilidh; TROXELL-WHITMAN, Zara. **Understanding the reasons, contexts and costs of camouflaging for autistic adults**. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 49, p. 1899–1911, 2019. DOI: https://doi.org/10.1007/s10803-018-03878-x. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-018-03878-x. Acesso em: 23 jun. 2026.

CHAVES, Eduardo Batista Gomes; SILVA, Alexsandro José da; RÚDIO, Laudinéia Maria Neves Dias; PALMA, Aylla Lorena Gomes Lobo. **Somos esquisitos demais para sermos**

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

normais? Ou somos normais demais para sermos autistas: abordagens biopsicossociais para a inclusão educacional de pessoas no espectro autista. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, [S. l.], v. 5, n. 7, p. e575308, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.47820/recima21.v5i7.5308. Acesso em: 23 jun. 2026.

DIAS, Laudinéia Maria Neves. **Metodologia da Pesquisa Científica e Acadêmica: Como Escrever um Artigo Científico de Revisão de Literatura.** Educação & Inovação, *[S. l.]*, v. 2, n. 11, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i11.444. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/444. Acesso em: 23 jun. 2026.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FILHO, João Ferreira da Rocha *et al.* **Práticas pedagógicas inclusivas baseadas em evidências para estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento: fundamentos, implementação e desafios no ensino regular**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 2, n. 5, 2026. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v2i5.307. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/307. Acesso em: 23 jun. 2026.

FREDERICO, Rúbia Tatiana Santana de Souza; ANUNCIAÇÃO, Alice Maria da; ALTENBURG, Bianca dos Santos; ASSUNÇÃO, Queila Cristina de; CARDOSO, Andressa Sales; SANTOS, Alessandra Lazarini Silveira dos; ALVES, Josenilda Santana; RODRIGUES, Rita Geralda. **Os desafios da formação docente para a educação inclusiva**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 2, n. 9, 2026a. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v2i9.372. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/372. Acesso em: 23 jun. 2026.

FREDERICO, Rúbia Tatiana Santana de Souza; COUTO, Luana Aparecida; ALVARES, Elisangela Aparecida Munslinger; MELO, José Roberto da Silva; VIANA, Simara de Aquino Dias; SILVA, Rosilene Lopes da; SIMIÃO, Jaqueline Aparecida Gomes Cardoso. **Educação que acolhe: estratégias humanizadas para o ensino de alunos com transtorno do espectro autista**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 9, 2025. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v1i9.107. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/107. Acesso em: 23 jun. 2026.

RSV
ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

FREDERICO, Rúbia Tatiana Santana de Souza; COUTO, Luana Aparecida; CONCEIÇÃO, Vanderleia de Araújo; VIANA, Simara de Aquino Dias; ASSUNÇÃO, Queila Cristina de; GOMES, Cláudia Regina De Marchi; CARDOSO, Andressa Sales; SILVA, Ana Paula dos Santos. **Inclusão escolar como prática ética e inovadora: entre políticas, escuta pedagógica e construção da singularidade**. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 2, n. 8, 2026b. DOI: https://doi.org/10.64326/educao.v2i8.245. Disponível em: https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/245. Acesso em: 23 jun. 2026.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Extraordinary Bodies: Figuring Physical Disability in American Culture and Literature**. New York: Columbia University Press, 1997.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

MILTON, Damian E. M. **A Mismatch of Salience: Explorations of the Nature of Autism from Theory to Practice**. London: Pavilion Publishing and Media Ltd, 2017.

MILTON, Damian E. M. **On the ontological status of autism: the "double empathy problem"**. *Disability & Society*, v. 27, n. 6, p. 883–887, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09687599.2012.710008. Acesso em: 23 jun. 2026.

OLIVER, Michael. **Understanding Disability: From Theory to Practice**. London: Palgrave Macmillan, 1995.

ORTEGA, Francisco; VIDAL, Fernando. **Somos nosso cérebro?: neurociências, subjetividade, cultura**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

SINGER, Judy. **NeuroDiversity: The Birth of an Idea**. Judy Singer, 2017.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. New York: United Nations, 2006. Disponível em:

ISSN 2674-8584

Received: 13/01/2026 - **Accepted:** 13/02/2026
Vol: 08.06
DOI: 10.66104/9a9cdt98
Pages: 1-24

https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convention_accessible_pdf.pdf. Acesso em: 23 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **ICD-11 Reference Guide**. Geneva: World Health Organization, 2026. Disponível em: https://icdcdn.who.int/icd11referenceguide/en/html/index.html. Acesso em: 23 jun. 2026.